

A reinauguração de Brasília

CRISTOVAM BUARQUE

Governador do Distrito Federal

No início, os governos de Brasília tinham como função exclusivamente consolidar a cidade como capital e manter os serviços públicos em



funcionamento para atender a uma pequena população pioneira. Estimava-se, então, que a capital teria apenas 500 mil habitantes no ano 2000 e era para esta projeção que se trabalhava o seu futuro.

A partir de meados da década de 80, a capital, já consolidada, cresceu demograficamente muito além do previsto. A realidade superou os planos.

Muito antes do final do século, nossa cidade já tinha quase 2 milhões de habitantes, não absorvidos pela Brasília Capital, e ansiosos por alternativas que lhes garantissem um emprego, uma moradia e serviços públicos eficientes.

Dessa forma, os serviços públicos oferecidos pelo governo passaram a não ser mais suficientes para o atendimento das demandas sociais. Mesmo assim, Brasília ainda continuava a ter uma imagem, no resto do País, de cidade da esperança, para onde a população dos estados pobres se dirigia à procura de melhores condições de vida.

Mas os governantes não souberam adequar suas ações a essa nova realidade social e se limitaram a administrar Brasília como se fosse apenas a capital do País e não uma cidade em que os problemas cresciam proporcionalmente ao aumento populacional.

Com a obtenção da autonomia política, tornou-se ainda mais urgente encontrar uma vocação adicional para a nossa região que permitisse a Brasília atingir também sua autonomia econômica

sem, todavia, esquecer a condição fundamental de cidade-capital e, sobretudo, respeitando a condição de patrimônio histórico e cultural da humanidade.

Mas, com a crescente demanda populacional, Brasília não era capaz de abrigar todos os brasileiros que a ela se dirigiam. Os últimos governos, anteriores ao Governo Democrático e Popular, agravaram ainda mais esta situação. O governo anterior, sem rumo, mas sentindo as pressões urbanas, limitou-se a dois projetos que deixou incompletos e paralisados: a construção de um metrô e a implantação de assentamentos.

Foram distribuídos cerca de 90 mil lotes, a grande maioria sem a formalização de processos e desobedecendo a ordem de pontuação da lista de inscritos no serviço público de habitação, antiga Shis, hoje Idhab. Vale lembrar que num período imediatamente anterior à eleição de 94, cerca de 13,5 mil cheques-lotes foram entregues sem nenhum respaldo legal. Eram apenas uma promessa, sem nenhum lastro.

O programa também foi desenvolvido sem o devido planejamento da ocupação do solo, convertendo-se em mais um sério problema, uma vez que isso ocasionou a falta de saneamento básico, de infra-estrutura, lazer, cultura, educação, saúde, transporte, segurança e, sobretudo, sem oferta de emprego. Esta política eleitoral de doação de lotes realizada por esses governos criou no imaginário popular a noção de que era fácil conseguir moradia em Brasília, o que trouxe à capital muitas famílias migrantes.

Como se estes erros fossem pequenos, a distribuição indiscriminada e fisiológica de lotes deformou a mentalidade de uma grande parte da população mais pobre, que passou a ver o governo como o centro do favoritismo, e o recebimento de lotes menos como parte da solução de seu problema

habitacional e mais como uma moeda de troca, através da venda do lote à classe média, cuja moradia também havia sido relegada durante todo o período do governo anterior.

A obra do metrô, mal concebida, apressada, com erros no projeto, foi totalmente paralisada em meados de 1994, faltando ainda grande parte das obras, sem financiamento previsto para a continuidade, com manutenção da construção defeituosa e sem projeto de operacinalização.

O nosso governo decidiu que realizaria uma Revolução nas Prioridades no Distrito Federal com um projeto de governo que alia o desenvolvimento econômico, para busca de uma nova vocação para Brasília com o atendimento de demandas sociais. Também mostrando ao País e ao mundo que dar prioridade à educação é, antes de mais nada, trabalhar para um futuro sem exclusão social.

Como resultado de três anos de trabalho do Governo Democrático e Popular, muita coisa mudou graças a esta revolução, propondo-se a "inaugurar" a "outra Brasília": uma cidade que vai além da capital. O Distrito Federal com um setor industrial dinâmico, com atividades turísticas, com agricultura.

Passados três anos, esta outra Brasília já existe: na consciência da população, nos instrumentos de desenvolvimento como o Programa de Desenvolvimento Econômico e Social — Pades, o Projeto Orla, a Zona de Alta Tecnologia, os Parques Aquáticos e os projetos em andamento pelo setor privado, a distribuição e regularização de lotes industriais pelo Prodecon, as missões econômicas internacionais, os distritos industriais.

Hoje, Brasília já é vista como uma cidade maior do que a capital do Brasil, inaugurada em 1960.